



Compartilhar Denunciar abuso Próximo blog» Criar um blog Login

07 Agosto 2006

Comitê Pró-Universidade Federal prepara congresso



O Comitê
Pró-

Universidade Federal da Macrorregião Norte do RS realizará no dia 25 de agosto, em Passo Fundo, o Congresso Pró-Universidade do Mercosul para debater a criação da universidade federal. Em reunião na tarde desta quinta-feira, 3 de agosto, na Sala das Comissões da Câmara de Vereadores de Ijuí, a coordenação-geral decidiu mobilizar todos os municípios organizados em comitês municipais e convidar os movimentos organizados de Santa Catarina e Paraná, para um dia inteiro de debates sobre a criação da universidade federal nos três estados – norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná. O projeto de implantação da nova universidade está sendo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), que também será convidado para o congresso. O local de realização do evento será definido ainda nesta semana. No encontro da coordenação-geral ficou acertado que um grupo de representantes do comitê participará do seminário agendado para Chapecó, em Santa Catarina, no dias 1º e 2 de setembro.

Lisandro Lorenzoni

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **9:21 AM 1 comentários**
14 Junho 2006

Governo federal confirma Universidade do Mercosul

Arquivo do blog

▼ 2007 (6)

▼ Agosto (1)

Mobilização Interestadual dia 24 em IJUÍ

▼ Julho (3)

Relato do Encontro Universidade Mesorregião UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO NORTE: Uma realidade...

ATO PEDE UNIVERSIDADE FEDERAL NA REGIÃO

▼ Junho (2)

Comitê Pró-Universidade Federal prepara seminários...

Universidade do Mercosul: Um sonho que se torna re...

▼ 2006 (22)

▼ Agosto (1)

Comitê Pró-Universidade Federal prepara congresso

▼ Junho (2)

Governo federal confirma Universidade do Mercosul

ATO ARTÍSTICO-CULTURAL PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL

▼ Maio (1)

João Pedro recebe ofício do Presidente Lula

▼ Abril (5)

Comitê Pró-Universidade Federal entrega documento

criação de uma nova universidade federal no Rio Grande do Sul. O ministro da Educação Fernando Haddad anunciou na terça-feira, 13, em audiência realizada em Brasília com os representantes do Comitê Pró-Universidade Federal da Macrorregião Norte do Estado, o início da elaboração do projeto que deve criar a Universidade do Mercosul. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia sinalizado ao Ministério da Educação (MEC) a intenção de expandir através de extensões universitárias a política educacional, o que culminou com a implantação de 60 campi universitários no Brasil. No Estado, o governo federal criou a Unipampa e seis cursos da UFSM em Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

Agora, o governo Lula deu carta branca para o começo de um novo processo que vai beneficiar a região Norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e Paraná. Segundo o coordenador-geral do Comitê Central Pró-Universidade, João Pedro Fagundes, na reunião, o ministro Fernando Haddad deixou claro que o movimento iniciado em Ijuí, em abril de 2005, ganhou dimensões e se ampliou, a ponto do governo decidir que pela grande demanda e reivindicações dos três estados do Sul, será construída uma nova universidade pública. "A idéia inicial e que deve ser discutida pelo movimento a partir de agora, é o perfil da universidade. O governo já tem bem claro que os cursos serão voltados para o desenvolvimento regional e microrregional, buscando a integração com os demais países do Mercosul", disse João Pedro. Provavelmente, o Rio Grande do Sul será contemplado com cinco campi e Santa Catarina e Paraná receberão dois campi universitários. Um debate técnico definirá as demandas e os locais de instalação dos campi. A criação da nova instituição de ensino superior mobilizará mais dois ministérios: o do Desenvolvimento Agrário e o da Integração Nacional. No dia 17 de junho, o Comitê de Ijuí realiza um ato artístico-cultural, na Praça da República, com programação que se estenderá durante todo o dia.

Lisandro Lorenzoni

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **3:24 PM** **0 comentários**
05 Junho 2006

ATO ARTÍSTICO-CULTURAL PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL

Manter a mobilização e chamar a atenção para a necessidade de se criar uma universidade federal na macrorregião Norte do Rio Grande do Sul será mais uma vez um dos objetivos do Comitê Pró-Universidade Federal. Depois da abertura de diálogo com a comunidade regional, audiências públicas com o Ministério da Educação, entrega de abaixo-assinados e documento ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o comitê espera repetir a participação regional em ato público, no dia 17 de junho, na Praça da República de Ijuí.

Neste dia, são esperadas caravanas das mais de 100 cidades engajadas no movimento. O ato público terá ainda uma programação especial, com apresentação de peças teatrais, dança das casas étnicas de Ijuí e show de bandas, durante todo o dia. O Comitê Central de Ijuí já está estendendo o convite as escolas do município para que se organizem e venham até a praça.

Para o coordenador-geral do Comitê, João Pedro Fagundes, o momento requer empenho da comunidade regional a fim de mostrar ao governo federal que a sociedade está na luta pela criação de uma universidade federal. "A manutenção da mobilização, a realização de reuniões e seminários regionais para debater a universidade, nos foi cobrado pelo Ministério da Educação e estamos cumprindo. É mais uma etapa que se inicia dentro deste longo processo de construção da universidade", disse. O Comitê deve se reunir na próxima semana, na Câmara de Vereadores, para dar outros encaminhamentos para o

**tenta audiência com
Presid...**

**Comitê Pró-Universidade
participa de reunião em
Ca...**

**MEC implantará universidade
federal na região Nort...**

**Abertas Inscrições para
Centro de Educação
Superio...**

▼ **Março (13)**

**Documento do Comitê para o
Presidente Lula e para ...**

Democratizar é revolucionar

**Audiência Pró-Universidade
Pública lota Câmara de ...**

**GRUPO DE TRABALHO -
AGRICULTURA - PRÓ-
UNIVERSIDADE...**

**Norte do RS debate a criação
de universidade feder...**

**Comitê Pró-Universidade
forma coordenação
operacio...**

**"A JUVENTUDE QUE NÃO PERDE
A ESPERANÇA É SINAL DE ...**

**Sistematização das propostas
para a Universidade**

**Proposta do grupo de
Educação**

**A importância e a
necessidade do ensino
superior n...**

**NÚCLEO DE JUVENTUDE
PARTICIPOU DE ENCONTRO
REGIONA ...**

**SEMINÁRIO ESTADUAL PRÓ-
UNIVERSIDADE FEDERAL**

**Comitê Pró-Universidade
Federal da Região Norte
do...**

Nossos/as Parceiros/as!!!

- ◆ **Google News**
- ◆ **GRUPO MAIS**
- ◆ **Instituto de Cooperação
Juvenil**
- ◆ **Instituto Sepé Tiarajú**
- ◆ **RÁDIO CANES**

QUEM SOMOS

Grupo Alma Gaúcha

Visualizar meu perfil completo

ato público do dia 17. O Legislativo ijuiense, desde o início do movimento em maio do ano passado, tem oferecido todo o apoio ao Comitê, assim como outras Câmaras de Vereadores e alguns prefeitos da região, partidos, imprensa e entidades sindicais.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **9:58 AM** **0 comentários**
16 Maio 2006

João Pedro recebe ofício do Presidente Lula

O vereador João Pedro Fagundes (PT) revelou na segunda-feira, 15, na reunião semanal da Câmara de Vereadores, que recebeu um ofício assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, informando que o documento elaborado pelo Comitê Pró-Universidade Federal da Macrorregião Norte do Estado, pedindo pela criação de uma nova universidade, foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC). O documento foi entregue pelo comitê durante a visita do presidente Lula a Tenente Portela, em abril deste ano. No ofício, Lula informa que a proposta do comitê será estudada por ele e pelo órgão governamental.

Segundo João Pedro, na semana passada, em contato com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, o mesmo se dispôs a intervir junto ao MEC para reforçar a necessidade de criação de uma instituição de ensino superior. Nesta semana, conforme ele, poderá ser marcada uma reunião entre Genro, que também já foi ministro da Educação, e membros do comitê, em Ijuí, para debater sobre o assunto. "É uma notícia importante que nos anima a continuar o debate do perfil que queremos para a nossa futura universidade", diz o vereador, que atua como coordenador do Comitê Central de Ijuí. O vereador Ricardo Adamy (PMDB) saudou a iniciativa do colega parlamentar e disse estar "torcendo para que isso aconteça o mais breve possível".

Lisandro Lorenzoni

Jornalista membro do Comitê

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:31 PM** **0 comentários**
21 Abril 2006

Comitê Pró-Universidade Federal entrega documento à Lula



Antes do ato de inauguração de redes de energia elétrica para 1.087 famílias da Reserva Indígena do Guarita, o presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva recebeu representantes do Comitê Pró-Universidade Federal da Macrorregião Norte do Rio Grande do Sul, em audiência realizada em Tenente Portela, na manhã de hoje, 19. O bispo Dom Orlando Dotti, em nome do Comitê, entregou ao presidente Lula um documento que reafirma a necessidade de se criar uma universidade federal na metade Norte do Estado.

Assinado pela coordenação-geral do movimento, organizado em mais de 100 municípios, o documento versa sobre as características microrregionais, potencialidades e todo o processo de luta pela construção de uma universidade pública, reiniciado há um ano como movimento, mas um sonho que perdura por cerca de 25 anos. Para o

coordenador-geral do Comitê de Ijuí, João Pedro Fagundes, a mobilização dos diferentes comitês municipais, presentes ao ato, é a certeza de que mais uma etapa foi alcançada, fazendo chegar à autoridade máxima do Brasil, a aspiração de milhares de jovens e adultos que permanecem engajados no movimento reivindicatório. "Mais um passo importante se deu nesta data literalmente histórica, em que se comemora o Dia do Índio. Fizemos chegar às mãos do presidente tudo o que foi construído com diálogo, democracia e com a participação da comunidade macrorregional e dos movimentos sociais", disse.

Lisandro Lorenzoni.
Jornalista membro do Comitê

Fotos por Juliano Fleck
Membro do Comitê.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **10:44 AM** **0 comentários**
18 Abril 2006

Comitê Pró-Universidade tenta audiência com Presidente Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve começar sua visita ao Rio Grande do Sul, no próximo dia 19 (Dia do Índio), por Tenente Portela, onde visitará a Reserva Indígena da Guarita. No local, deverá ocorrer o lançamento de uma nova etapa do Programa Luz para Todos, que leva eletrificação para as comunidades rurais carentes. Esta será a 14ª visita de Lula ao Estado como presidente do Brasil. Os membros da Coordenação do Comitê Macrorregional Pró-Universidade Federal na Região Norte do RS estarão participando da atividade com o intuito de sensibilizar ou ainda poder ter uma audiência com o presidente para que se comprometa ou sinalize ainda este ano com a construção da Universidade Federal da Região Norte do RS ou ainda a tão sonhada Universidade do Mercosul que irá atender a demanda da macrorregião norte do RS e os Estados de Santa Catarina e Paraná em diálogo com os países vizinhos. Em Tenente Portela, o Luz para Todos levou eletrificação às mil famílias indígenas que vivem na reserva, beneficiando cerca de 5 mil pessoas. Os outros 2,5 mil indígenas da Guarita já contavam com energia elétrica. Na ocasião, ainda será inaugurada uma rádio comunitária para os habitantes da reserva.

Em Osório Lula visitará o Parque Eólico. Ele estará acompanhado da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Dilma foi protagonista da instalação do empreendimento no Rio Grande do Sul. 'Tanto é que a empresa que administra o empreendimento foi batizada com o nome de um programa da época em que a ministra era secretária estadual de Energia, Minas e Comunicações, o Ventos do Sul', destacou. O investimento privado no complexo eólico foi de R\$ 670 milhões. Em Porto Alegre, Lula deve inaugurar, no final da tarde, as obras da emergência do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), nas quais foram investidos R\$ 6 milhões. A obra integra o Programa Qualisus, do Ministério da Saúde.

Juliano André Romitti Fleck
Membro da Coordenação do Comitê Macrorregional
Pró-Universidade Federal na Região Norte do RS
55 9967-7630 / 33310-114

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **10:07 AM** **0 comentários**
06 Abril 2006

Comitê Pró-Universidade participa de reunião em Carazinho

Membros do comitê operacional do Comitê Pró-Universidade Federal

da Região Norte do RS, participaram ontem, 4, em Carazinho, do encontro entre os movimentos organizados que lutam pela criação de uma universidade federal na macrorregião Norte do Estado, com a apresentação do histórico de luta dos movimentos em suas microrregiões. Segundo o coordenador-geral do Comitê de Ijuí, João Pedro Fagundes, foi definido que será elaborada uma carta aberta à sociedade civil sobre os propósitos do movimento e pregando a unidade dos mesmos.

No dia 19 de abril, quando da possibilidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participar em Palmeira das Missões do lançamento da pedra fundamental de criação da universidade federal, os movimentos estarão realizando atos públicos nas cidades organizadas com comitês. No dia 31 de abril, durante o Dia do Desafio, os comitês municipais organizarão uma mobilização regional. Já no dia 11 de agosto ficou acertado a realização do Congresso Estadual, com elaboração de um texto base, em cidade e programação a ser confirmada. Por fim, a reunião decidiu elaborar um documento para ser entregue aos pré-candidatos à presidência da República, para que os mesmos se comprometam com o Projeto de Lei de criação da Universidade da Região Norte ou Universidade Federal do Mercosul.

Entre em contato com o Comitê: 55 3331-0114 / 9967-7630

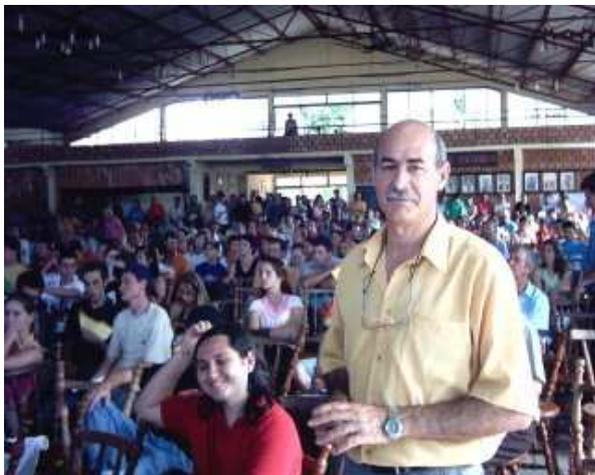
E-mail: comitefederal@yahoo.com.br /

universidadedomercosul@yahoo.com.br

ORKUT: Quero Universidade Federal / Quero Universidade do Mercosul

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **8:03 AM** **0 comentários**
03 Abril 2006

MEC implantará universidade federal na região Norte



O
Seminário
Regional
Pró-

Universidade Federal da Região Norte, realizado no dia 10/12/05, em Ijuí, foi mais um marco da luta e da mobilização dos movimentos populares pela implantação de uma nova universidade federal no Rio Grande do Sul. Cerca de 1.100 pessoas representaram os comitês municipais da macrorregião Norte no encontro organizado pelo Comitê Central de Ijuí com apoio do Ministério da Educação (MEC). O secretário-executivo do MEC Jairo Jorge da Silva anunciou que em 2007 serão criadas mais três extensões com cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este ano já foram instalados duas extensões: Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, com três cursos da UFSM em cada um dos municípios. Nesta primeira fase, as propostas do perfil da futura universidade terão prosseguimento em 2006, quando serão realizados mais três seminários em Santa Rosa, Três Passos e Erechim, para então escolher a demanda de cursos e as cidades contempladas. Ijuí, ao que tudo indica, será beneficiada

com dois cursos universitários em 2007, segundo sinalização do MEC e dos deputados gaúchos presentes no evento. "Temos a certeza de que a região terá uma universidade pública, porque os movimentos populares absorveram essa idéia. O governo federal sinalizou positivamente para a criação de uma nova instituição no Estado", disse o coordenador geral do Comitê Pró-Universidade Federal, vereador João Pedro Fagundes (PT). A idéia, conforme o gabinete do ministro da Educação Fernando Haddad, é construir toda a infraestrutura com prédios e contratação de professores e funcionários. A bancada gaúcha no Congresso Nacional disponibilizou no orçamento do governo federal em 2006, uma emenda de R\$ 5 milhões para a implantação da universidade, com exceção do deputado federal Pompeo de Mattos (PDT), que queria retirá-la para apresentar uma emenda de sua autoria que destinava esse valor para a construção de um presídio no Estado. Segundo o secretário-executivo do MEC Jairo Jorge, o governo federal já implantou 36 novos pólos de extensões no país, aumentando em 360 mil o número de estudantes em universidades públicas. "O Brasil só vai ser um país soberano se investir em educação", assinalou. Em pesquisa do MEC ficou comprovada que nas regiões em que foram feitos investimentos em educação superior houve um aumento no salário médio da população de 0,6% a 1,2%. "O governo Lula investiu neste ano R\$ 1,56 bilhão. Recuperamos os investimentos, ao contrário do período do governo FHC quando houve uma diminuição dos investimentos. De 1995 a 2002, a educação recebeu R\$ 8 bilhões ao longo deste período, enquanto nos três anos do governo Lula foram investidos R\$ 8,4 bilhão", disse Jairo Jorge.

(Lisandro Lorenzoni).

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **3:05 PM** **0 comentários**

Abertas Inscrições para Centro de Educação Superior do Norte do Estado do Rio Grande do Sul

Estão abertas as inscrições para o Vestibular 2006 do CESNORS/UFSM para os Campi de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

O período de inscrições é de 21 de março a 17 de abril de 2006 e serão realizadas exclusivamente on-line, pelo site da COPERVES: www.ufsm.br/coperves.

No site, está disponível o manual do candidato, com todas as informações e normas relativas ao concurso e a ficha de inscrição eletrônica. O valor da taxa de Inscrição é de R\$ 90,00 (noventa reais).

O candidato, após preencher, deve imprimir a ficha de inscrição eletrônica e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária. Logo após, deverá remeter o seu cartão de identificação devidamente autenticado, até o dia 20 de abril de 2006, à COPERVES, localizada no Campus da UFSM, Prédio 48 - Próximo à Reitoria, Faixa de Camobi, Km 9, Santa Maria -RS, CEP 97105-900.

As provas serão realizadas em uma só etapa seletivo-classificatória, nos dias 27 e 28 de maio, nas cidades de Santa Maria, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Constando de 80 questões de múltipla escolha, constituídas pelas disciplinas de Biologia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Matemática, Química e de uma Redação.

No primeiro dia, as provas terão duração de 4 horas, no turno da manhã, e de 2h, no turno da tarde. Já no segundo dia, de 4 horas, no turno da manhã.

A distribuição das provas será a seguinte:

27/05, das 8h às 12h - Biologia, Física, Matemática e Química;

27/05, das 14h às 16h - Redação;

28/05, das 8h às 12h - Geografia, História, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

O candidato poderá optar por realizar suas provas em qualquer uma dessas três cidades, independente do curso escolhido.

Estão sendo oferecidas 351 vagas, distribuídas em 6 cursos de graduação:

Campi de Frederico Westphalen:

- Agronomia (60 vagas)
- Engenharia Florestal (60 vagas)
- Comunicação Social, habilitação Jornalismo (55 vagas).

Campi de Palmeira das Missões:

- Administração (80 vagas)
- Enfermagem (56 vagas)
- Zootecnia (40 vagas).

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone,,COPERVES, (55) 3220-8170.

O Centro de Educação Superior do Norte é uma conquista do Movimento Pró-Universidade formado pela Via Campesina, pastorais sociais, CPERS e estudantes.

É o primeiro caso de uma instituição superior de ensino que nasce como resultado da construção coletiva, com a perspectiva de ser um instrumento que provém a educação de forma diferenciada, baseando-se na transformação social.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **12:32 PM** **0 comentários**
31 Março 2006

Documento do Comitê para o Presidente Lula e para o Ministro Tarso Genro



João Pedro protocolou este documento em Brasília e depois o Comitê Pró-Universidade Federal na Região Norte do RS entregou uma cópia nas mãos do Ministro Tarso Genro quando esteve em Palmeiras das Missões em 2005.

Ex.mo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva
DD. Presidente da República Federativa do Brasil

Senhor Presidente,

Face à intenção do governo federal de criar ou implantar no Rio Grande do Sul uma nova Universidade Pública Federal, vimos, através deste documento, manifestar o desejo de sensibilizar Vossa Excelência no sentido de colaborar com a causa do movimento denominado Comitê Central Pró-Universidade Pública da Região Norte do Rio Grande do Sul, sediado em Ijuí/RS.

O Comitê Central surgiu a partir de uma audiência pública realizada

em Ijuí, no mês de maio deste ano. A sua função é articular e organizar o movimento em prol de uma nova Universidade Federal nessa região.

Os comitês municipais são formados por professores, estudantes universitários e do Ensino Médio, vereadores, prefeitos, movimentos sociais e Círculos de Pais e Mestres da rede pública de ensino, e têm conquistado o apoio de parlamentares estaduais e federais. Os comitês municipais têm assento no Comitê Central – núcleo de convergência das discussões e de propostas mobilizadoras pró-universidade.

O Comitê Central tem se reunido semanalmente e já fez quatro audiências públicas nos municípios de Três de Maio, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões e Ajuricaba. Até o presente momento, encontram-se programadas mais sete audiências públicas nas cidades de Panambi, Santo Ângelo, Chiapetta, São Borja, Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado e Jóia.

Um outro movimento de igual natureza foi criado na cidade de Bagé, na Região da Campanha Gaúcha, em busca da federalização da Urcamp. No nosso entender este movimento é legítimo, porém, levando-se em conta a proximidade geográfica da Urcamp com as universidades federais de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, estes municípios da Metade Sul já são bem melhor atendidos pela educação superior gratuita do que a Macrorregião Norte do nosso Estado.

A Macrorregião Norte compreende as regiões do Noroeste Colonial, Missões, Fronteira-Noroeste, Produção, Alto Jacuí, Alto Uruguai e, propriamente, Norte. Essa grande região do Estado encontra-se desassistida do ensino público superior, obrigando milhares de jovens a buscar sua formação superior em universidades localizadas na Metade Sul e na capital do Estado, ou, ainda, migrando para o Oeste de Santa Catarina, ou até mesmo indo para a Argentina. A educação superior na Macrorregião Norte tem sido desenvolvida, até hoje, por universidades comunitárias e particulares, que cobram altas mensalidades, o que encarece a formação dos estudantes, onerando pesadamente a renda familiar, gerando a evasão escolar dos setores mais pobres da sociedade.

Dada a grande importância desta Macrorregião no cenário econômico, social, político e cultural do Rio Grande do Sul, reivindicamos o direito de sediarmos a Universidade Federal proposta pelo seu governo. Reivindicamos, ainda, que o Ministério da Educação democratize, com as várias regiões, o debate quanto à implantação de uma nova universidade pública no nosso Estado.

Também pesa o fato desta grande região concentrar maior densidade demográfica do que a Região da Campanha. A Macrorregião Norte tem uma média de quarenta habitantes por quilômetro quadrado, enquanto na Região da Campanha essa média é de onze habitantes. O total de habitantes dessa Macrorregião é de mais de quatro milhões de pessoas, cerca de cinquenta por cento da população economicamente ativa do Rio Grande do Sul.

Torna-se compreensível tal contraste demográfico pelo fato da Região da Campanha ser formada por municípios de grande extensão territorial, centrados numa economia agropastoril e latifundiária, enquanto a Macrorregião Norte tem municípios menores e uma economia baseada em pequenas propriedades rurais. Acreditamos que com a criação de uma universidade pública esta Macrorregião poderá buscar muito melhor a sua auto-suficiência nos planos do conhecimento, da pesquisa e da extensão, contribuindo substancialmente para o seu desenvolvimento.

Ao invés de nos mantermos numa praticamente total carência de ensino superior estatal nesta região, promovendo a migração populacional para outros centros e inclusive para o exterior (Argentina), por que não criamos uma universidade que sirva para o

Mercosul, reforçando o projeto de integração dos países do Cone Sul, pelo qual o seu governo tanto tem se empenhado? Por que não atrairmos jovens do Cone Sul para o nosso país, visando a troca de experiências e de conhecimentos? Estas são questões que permanecem em aberto e merecem uma resposta através de políticas públicas do governo federal na área da educação superior. Aliás, a criação das universidades comunitárias nesta grande região deu-se devido à falta de políticas federais neste setor, esquecidas por mais de vinte anos e só despertada novamente agora, no seu governo.

Certo de contarmos com a sua ímpar sensibilidade social, desde já agradecemos pela sua honrosa atenção e interesse, e lhe externamos os mais sinceros votos de sucesso nesta nova jornada histórica que ora se inicia.

Ijuí, RS, 16 de junho de 2005.

João Pedro Fagundes
Líder da Bancada do PT e vice-presidente da Câmara de Vereadores de Ijuí
Coordenador-geral do Comitê Pró-Universidade Federal da Região Norte do RS

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:56 PM** **0 comentários**
Democratizar é revolucionar



João Pedro Fagundes*

Uma das premissas maiores da nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, é clara ao afirmar que todo o cidadão tem direito à educação e ao ensino público gratuito e de qualidade. Não é, pelo menos, o que acontece nas regiões Noroeste, Missões e Norte do Estado do Rio Grande do Sul. É visível nestas regiões a carência ou a inexistência do ensino público estatal.

São cerca de quatro milhões de pessoas vivendo numa ampla extensão territorial desassistida da gratuidade do ensino universitário. Nessas regiões, a demanda pela educação superior tem cabido às universidades particulares. Mesmo as entidades de cunho comunitário cobram pela formação profissional. É uma situação que obriga o cidadão a buscar sua qualificação na região centro do Estado (UFSM/Santa Maria), em Porto Alegre (UFRGS), ou até mesmo no oeste do Estado de Santa Catarina. Um fenômeno crescente tem ocorrido nessas regiões: muitos jovens são obrigados a abandonar o convívio familiar para estudarem nos grandes centros, despendendo recursos financeiros que agravam ainda mais a situação social das famílias, tendo em vista que estas regiões têm sofrido sistematicamente com crises no setor primário, que é base da economia macrorregional. Pensando neste sentido e diante da elogiável iniciativa do governo federal de propor a implantação de uma nova universidade pública no Rio Grande do Sul, queremos que o mesmo se disponha, de maneira aberta e democrática, a debater com a sociedade gaúcha o melhor local para se instalar a nova instituição de ensino público. Fica evidente que, embora relevante do ponto de vista social, a federalização da Urcamp, centrada na região da Campanha, não é exatamente a idéia mais justa se se levar em conta as várias regiões e a população gaúcha como um todo. Sequer a federalização é o único modo de se pensar a criação de uma nova instituição de ensino superior. As regiões da Campanha e Sul do Estado já são contempladas com três universidades públicas: UFSM,

UFPel (Pelotas) e Furg (Rio Grande). Na nossa avaliação, a prioridade do governo naquela macrorregião deveria ser políticas públicas centradas na reforma agrária, pois nas mesmas existem terras de grande extensão territorial. Passa por aí o início do desenvolvimento regional, sendo difícil pensá-lo de outra maneira, já que a concentração de terras beneficia poucos e exclui uma grande parcela da população da metade sul do Estado, acentuando o êxodo rural e a migração populacional. Nossa posição é a de que não há como, neste caso, falar-se em democratizar (muito menos em revolucionar) o ensino superior federal no Rio Grande do Sul sem pôr em pauta a questão de como são hoje assistidas as várias regiões do Estado no acesso a esse mesmo ensino. Uma nova universidade federal no Estado é um fato muitíssimo relevante, política, social e historicamente, para ser decidido sem se discutir, com as várias regiões – e não só com uma ou outra – o seu onde, o seu como e o seu porquê. É neste sentido que afirmamos: democratizar é revolucionar.

*Líder da bancada do PT e vice-presidente da Câmara de Vereadores de Ijuí.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:52 PM** **0 comentários**

Audiência Pró-Universidade Pública Iota Câmara de Três de Maio

Mais de 150 pessoas participaram na quinta-feira, 9, de uma audiência pública realizada à noite na Câmara Municipal de Vereadores de Três de Maio, para debater a implantação de uma universidade pública na região Norte do Rio Grande do Sul. Com a presença de professores e alunos das escolas Dom Hermeto, Cardeal Paceli e Castelo Branco, mais entidades representativas da sociedade civil e de vereadores, a reunião foi positiva à medida que foi criado um comitê, que será responsável pela mobilização do município frente ao desafio de lutar por um estabelecimento público de ensino superior na região. A função dos comitês é informar ao Comitê Central de Ijuí, base inicial do movimento que ganha conotação regional, os encaminhamentos e atividades desenvolvidas nos municípios, já que outras audiências públicas estão sendo agendadas nos municípios das regiões Noroeste, Missões e Norte. O passo inicial dos comitês será a coleta de assinaturas através de um abaixo-assinado, que já está acontecendo na região. Cada município terá um representante no Comitê Central, com sede em Ijuí.

O presidente do Legislativo de Três de Maio, vereador Delmar Mebius (PMDB), abriu a audiência pública, evocando a participação da comunidade tresmaiese no movimento pró-universidade pública. "Se está difícil conseguir emprego, quem dirá estudar. Precisamos, independentemente de siglas partidárias, mobilizar a comunidade regional e nossos representantes em Brasília", disse. O vice-presidente da Câmara de Vereadores de Ijuí, vereador João Pedro Fagundes (PT), proponente da mobilização regional por uma universidade federal, lembrou que o momento é histórico e incitou a participação de todas as Câmaras de Vereadores, professores, estudantes e movimentos sociais, para se engajarem no movimento. "O governo federal tem a obrigação de democratizar o debate com as outras regiões do Estado. Mas não pode, em hipótese alguma, se restringir apenas a região da Campanha, que é um movimento legítimo, mas não exclusivo", afirmou.

Fagundes lembrou que a região da Campanha, antes de ter uma universidade pública, deve pensar em políticas públicas e garantias centradas na reforma agrária. "Será que o governo deve investir numa região onde o latifúndio é um dos maiores do Estado e, a concentração populacional é menor do que a nossa região, onde prevalece o minifúndio, além de ser desassistida de educação pública

superior?”, questionou, explicando que aquela região já é atendida por três universidades: em Santa Maria, Pelotas e Rio Grande. “Por Justiça, por direito, queremos que os investimentos do governo federal sejam convergidos para a nossa região”, defendeu Fagundes. O coordenador do DCE da Unijuí, Fábio Lemes, falou sobre a rotina de estudar numa universidade comunitária, “que não é particular, mas é cara para os estudantes”. O líder universitário também enfatizou a importância do ensino público superior, como forma de garantir a permanência dos jovens na região. “Não há nenhuma estrutura pública para dar suporte ao ensino superior numa região de quatro milhões de habitantes. Não há dinheiro para sustentar uma massa de trabalhadores com os problemas econômicos que enfrenta a nossa região. Isso somente será possível, se pensarmos estrategicamente em cursos superiores, extensão e pesquisa”, disse Lemes. O coordenador do DCE também propõe que o Ministério da Educação (MEC) defina os critérios de criação de uma nova universidade no Estado para escolher o local. A próxima audiência pública deve acontecer em Santo Ângelo, em data a ser definida pela Câmara de Vereadores daquele município. Em Ijuí, o Comitê Central realiza a sua próxima reunião no dia 16 de junho, na Câmara de Vereadores. No dia 14 de julho acontece um ato público, às 19h, no estacionamento da Sede Acadêmica da Unijuí. No mesmo dia será realizado um Seminário Regional, em local e horário a ser definido.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:10 PM** **0 comentários**

GRUPO DE TRABALHO - AGRICULTURA - PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Atualmente, o debate sobre a crise agrícola e ecológica, vividas a escala planetária, está no centro de diversas reflexões e disputas na esfera social e política (ALTIERI, 2000). Nesse contexto, vislumbra-se, salvo uma correção de rota, a degeneração da base ecológica, técnica e sociocultural cunhada ao longo da evolução histórica e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Esse caminho, inexorável para muitos, tem acarretado diversos efeitos deletérios à manutenção e perpetuação da vida presente e futura. Repercute ainda, em diversas regiões no mundo, de modo a tornar crônica a fome, o desemprego agrícola e a exclusão social (MAZOYER & ROUDART, 2001; MAZOYER, 200X).

A dinâmica de evolução e diferenciação das agriculturas humanas, sobretudo a partir da metade do século XX, em diversas regiões do planeta, foi afetada pelo avanço do processo de modernização da agricultura. Nesse movimento, progressivamente ampliam-se os efeitos indesejados decorrentes da padronização das políticas e dos projetos para o desenvolvimento da agricultura, notadamente nas regiões ditas atrasadas. Um dos eixos prioritários dessas políticas consiste na incorporação de bens e insumos de origem industrial na agricultura como condição inequívoca para o seu desenvolvimento (SILVA NETO et al., 1997). Em contrapartida, menospreza-se a complexidade e a variedade nas formas de organização e funcionamento do agroecossistema e do sistema social produtivo e, por conseguinte, na capacidade de renovação desses subsistemas historicamente evoluídos e geograficamente diferenciados (MAZOYER & ROUDART, 2001).

Nesse quadro, importantes formulações têm contribuído para contrapor às abordagens dominantes na análise dos processos de desenvolvimento agrícola e rural. Fundamentalmente, essas reflexões oferecem novas perspectivas acerca das relações sociedade e natureza (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, GUZMAN, MAZOYER & ROUDART, 2001). Percebe-se ainda o crescente despertar de diversos segmentos da sociedade e das suas instituições em relação à concepção e implementação de estilos de desenvolvimento rural

sustentável. O caminho indicado na perspectiva sócio-ambiental, entretanto, requer uma revisão de procedimentos e de valores cuja orientação esteja pautada em princípios democráticos e éticos e, ainda, na capacidade de promover localmente, em longo prazo, vias endógenas e autônomas para o enfrentamento dos problemas vividos pelas sociedades humanas.

Com efeito, há necessidade de mudança de enfoque na definição de prioridades quando a discussão se refere ao papel da agricultura no desenvolvimento econômico e social (BASSO, 1993; ALTIERI, 2000; GLIESSMAN, 2000; CAPORAL & COSTA BEBER, 2001). Para tanto, é urgente buscar novos aportes do ensino, da pesquisa e da extensão rural frente às diferentes trajetórias da agricultura. Tal condição é fundamental para o resgate e a valorização da riqueza da herança agrária da humanidade, bem como, para apreender e projetar a dinâmica de evolução da agricultura de base ecológica. Esta condição, pois, deveria representar um pré-requisito à concepção de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, assim como, aquelas balizadoras das ações de planejamento e desenvolvimento na agricultura (DUFUMIER, 1996; NORONHA, et al., 2005).

No Brasil, a partir da década de 60, a crescente padronização dos formatos tecnológicos dos sistemas produtivos agrícolas contribuiu, decisivamente, para acirrar as contradições, as desigualdades e as crises em diversos sistemas agrários, haja vista os impactos verificados nas dinâmicas de diferenciação social e de acumulação de capital, destacadamente na agricultura familiar (EHLERS, 1999; GUAZIROLLI, et al., 2001). Com isso, aos poucos, emergem novas políticas e programas de fortalecimento desses atores sociais. Dentre as estratégias propostas, seguramente, deve estar a democratização do acesso às universidades buscando promover o resgate e a geração de conhecimentos, saberes, competências, valores e atitudes que contribuam para a adoção de estilos de desenvolvimento rural sustentável, cuja base tecnológica seja adaptada a diversidade, a complexidade e a dinâmica dos agroecossistemas e dos sistemas sociais produtivos.

No Rio Grande do Sul, a análise da agricultura a partir da Teoria dos Sistemas Agrários evidencia uma importante diversidade das realidades sócio-ambientais, destacadamente na agricultura familiar. Os contrastes verificados expõem distintas trajetórias de evolução e de diferenciação das categorias sociais e dos sistemas de produção nos principais agroecossistemas identificados (SILVA NETO & BASSO, 2005). Nesse contexto, a agricultura no Noroeste gaúcho apresenta um intenso processo de diferenciação técnica e econômica entre as unidades produtivas e as microrregiões (DUDERMEL, et al. 1993; SILVA NETO, 1997, 1998). Todavia, as principais estratégias de desenvolvimento rural dessa região vinculam-se à padronização de formatos tecnológicos, via de regra, incorporados sem um conhecimento prévio da organização e do funcionamento dos sistemas produtivos. A compreensão dominante condiciona os processos econômico-produtivos ao uso intensivo de energia fóssil e outros insumos externos, o que contribui, em longo prazo, para a degradação dos recursos naturais, a dependência da indústria de insumos e de transformação e a desvalorização do conhecimento local.

Estudos recentes indicam que a trajetória da agricultura gaúcha e brasileira tem inviabilizado às condições de reprodução social da agricultura familiar, principalmente devido à desigualdade no acesso aos meios de produção, o que tem contribuído para excluí-la do processo produtivo a curto e médio prazo (GUAZIROLLI et al., 2001; SILVA NETO & BASSO, 2005). Em decorrência, a discussão das organizações dos agricultores tem priorizado o papel das estratégias de transição agroecológica para uma agricultura sustentável. Busca-se, com isso, promover novos padrões de produção, mais complexos

no tocante a conservação e manejo dos recursos naturais, que contemplem um processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, eqüidade e qualidade de vida na atividade agrícola.

Nesse contexto, diversas organizações dos agricultores têm desafiado as instituições de ensino, de pesquisa e de extensão rural a fim de identificar, delimitar e analisar formatos tecnológicos adaptados às realidades agrárias, e ainda, apropriáveis pelas diversas categorias sociais de agricultores. A contestação social ressalta, além disso, a urgência em contrapor o padrão de agricultura e desenvolvimento vigentes. Nesse debate, diversas reflexões indicam o estímulo às dinâmicas produtivas locais e regionais como estratégia adequada para promover as capacidades dos atores sociais em engendram o seu próprio desenvolvimento sob bases sustentáveis (GLIESSMAN, 2000; SILVA NETO & BASSO, 2005).

No entanto, o avanço desse processo impõe a superação da análise fragmentada assumida pelas abordagens que tradicionalmente têm sido adotadas no estudo das realidades da agricultura. Tal imperativo destaca o papel da geração e da socialização de conhecimentos e de inovações capazes de viabilizar propostas alternativas de organização e funcionamento dos sistemas produtivos agrícolas (ALTIERI, 2000). Nesse quadro, no Noroeste do Rio Grande Sul, diversos movimentos dos agricultores tem buscado novas propostas para a transformação dos sistemas agrícolas visando promover um desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade ecológica. Entretanto, a possibilidade de transformação dessa realidade depende, indiscutivelmente, da constituição e da consolidação de uma nova perspectiva nas relações entre os atores envolvidos. Nessa dimensão, a instalação de uma instituição de ensino superior pública representa a possibilidade de constituir um espaço privilegiado para refletir e conceber diretrizes de desenvolvimento rural que sejam protagonizadas por agricultores de diversas realidades agroecológicas e socioeconômicas.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:03 PM** **0 comentários**

Norte do RS debate a criação de universidade federal

Uma série de audiências públicas, que serão realizadas a partir de março, definirá o modelo de universidade federal que será instalada na região norte do estado do Rio Grande do Sul nos próximos anos. O secretário executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge, disse que a região será contemplada e que para isso o projeto deve ser compactuado tanto com as forças políticas quanto com a sociedade civil. Em reunião com uma comissão de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais do estado, ele reconheceu a existência de uma demanda reprimida de educação na região norte gaúcha. "Há uma dívida da União com a metade norte do estado. Existe uma ausência do estado nos últimos 40 anos e portanto é legítima a reivindicação pela instalação de uma universidade federal na região", disse. O secretário executivo acolheu a reivindicação da comissão encabeçada pelo presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) da região norte, Néelson Grasselli, e afirmou que a mobilização da comunidade vai contribuir com uma visão mais geral. "A constituição de universidades deve combinar com os arranjos produtivos locais, com as cadeias produtivas, com os setores econômicos e com a sociedade civil, que é o desejo do presidente Lula e do ministro Fernando Haddad", esclareceu Jairo Jorge. Destacou ainda que esta é uma região que tem uma longa tradição do cooperativismo, da agricultura familiar e da mobilização social, o que facilitará a criação do projeto. Segundo Grasselli, o Corede representa mais de 130 municípios. "Ficamos satisfeitos que o calendário das audiências públicas seja realizado a partir da

segunda quinzena de março. São 500 mil habitantes que vivem na região de produção do norte do estado e que anseiam por esta demanda”, destacou. Ele conta que os filhos dos agricultores não conseguem arcar com os custos de uma faculdade particular e, portanto, é de extrema importância que se instale uma universidade federal. Márvia Scardua, diretora executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE) afirmou que existe a necessidade da criação de uma universidade na região, pois atualmente elas estão concentradas no sul do RS. As audiências públicas ocorrerão entre março e abril.

Movimentos sociais debatem perfil da universidade federal do Norte Na manhã desta segunda-feira (20), mais de 100 representantes de movimentos sociais reuniram-se com a Coordenação do Movimento Pró-universidade do Norte, em Erechim, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, para debater o perfil da instituição que está sendo pleiteada pela região junto ao governo federal. “Queremos priorizar as áreas que combinem com as vocações de desenvolvimento regional”, adiantou o deputado estadual Ivar Pavan (PT), integrante da Coordenação. As sugestões farão parte de um documento a ser entregue ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). No dia 17 de março, às 15 horas, ocorre um Seminário no município com a participação do secretário-executivo do MEC, Jairo Jorge da Silva, para avançar nas tratativas para a criação da nova instituição de ensino superior federal, a primeira na região. “Não queremos apenas aumentar o número de vagas no ensino público superior, mas criar uma instituição que contribua com o processo de desenvolvimento da região”, destaca Pavan. Ele adianta que a nova universidade também não deve substituir ou competir com as existentes, como é o caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, ou a Universidade Regional Integrada (URI), que oferecem cursos no município. “Estas instituições são muito importantes e precisam ser cada vez mais fortes”, defende o parlamentar, que também atuou na criação da Uergs, durante o governo de Olívio Dutra (1999/2002). Ivar Pavan salienta que o movimento pela busca da universidade seja fortalecido com a participação do maior número possível de pessoas e organizações para garantir sua viabilidade. “É importante que seja uma conquista de toda uma região, não apenas de uma parte. Quero convidar a todas as forças políticas para que se envolvam e se manifestem para mostrar que a região está unida em torno deste objetivo”, reitera o parlamentar petista. Na última semana Pavan também participou do encontro para a implantação de uma escola técnica em Erechim. A atividade ocorreu na quinta-feira (16/02), às 19 horas, na Câmara de Vereadores do município, com a presença do Secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco. O Plano de Expansão e Fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica prevê a construção de 40 instituições em todo o país, até 2007. “É necessário aproveitar a prioridade definida pelo governo federal de expandir tanto o ensino técnico como o ensino superior, ao invés de privatizar ou reduzir vagas, como vinha ocorrendo no Brasil”, destaca Pavan.

Governo pretende criar 10 novas universidades e 42 campi até 2007 Democratizar o ensino superior, principalmente, no interior do país. Esse é um dos objetivos do Ministério da Educação nos próximos anos, segundo o secretário nacional de Ensino Superior, Nelson Maculan. Ele participou hoje (15) de entrevista coletiva em rede de rádio para emissoras parceiras da Radiobrás do Norte e Nordeste do país. De acordo com Maculan, o programa Expandir – projeto de expansão universitária do governo – investirá, até 2007, cerca de R\$ 600 milhões em 68 municípios. Desse total de recursos, aproximadamente R\$ 190 milhões já foram aplicados em 2005. “Além de recuperar o que existe, temos também que avançar para

democratizar o ensino no interior", destacou o secretário. A meta do governo, com o Expandir, é criar 10 novas universidades e 42 novos campi. As ações são basicamente no interior do Brasil ou nas periferias das grandes capitais. "O objetivo é tirar a educação das grandes capitais para poder democratizá-la. Muitas vezes é difícil para o aluno sair da sua cidade para a capital com todos os custos adicionais", lembrou Maculan. Na entrevista, ele reconheceu que, nos últimos 11 anos, foram "insuficientes" os recursos para manter as faculdades federais do país. "Houve realmente um sucateamento de algumas áreas e estamos tentando recuperar esse trabalho", disse o secretário de Ensino Superior. Segundo ele, o MEC estuda com representantes locais as demandas de cada região. "Carência de professores, curso de agronomia, de engenharia, sociologia. Essa discussão está sendo feita olhando um pouco o dia-a-dia e a capacidade da universidade mais próxima que serve de universidade central", explicou Maculan.

Líder do governo Lula discute a expansão do ensino superior
O deputado Adão Villaverde, Líder do governo Lula na Assembléia, juntamente com o deputado Frei Sérgio, e o ex-deputado do PT Antônio Marangon, reuniram-se nessa segunda-feira (23) com o reitor da Universidade Federal de Santa Maria para discutir a abertura de extensões desta universidade na região norte do Estado, em Frederico Westphalen e em Palmeira das Missões. Na reunião, o reitor Clóvis Lima reafirmou o compromisso da UFSM na implementação de seis cursos universitários, destacando que o Conselho de Ensino e Pesquisa da universidade já está avaliando os currículos e que até o dia 27 pretende lançar um edital para a contratação de professores e funcionários para os seis cursos que serão implantados nesta cidade. O governo federal já liberou R\$ 5 milhões para o projeto e prevê a liberação de mais R\$ 5 milhões com o objetivo de viabilizar a realização do primeiro vestibular já em julho do ano que vem. Segundo o reitor Lima, "o projeto está em estágio bastante avançado, e tenho certeza que estas duas extensões serão o embrião de uma nova instituição federal de ensino superior na região norte do RS". Para o deputado Villaverde, a implementação destas extensões representa uma demonstração concreta do compromisso do governo federal com a expansão do ensino superior público e gratuito em nosso país. "Nos dois primeiros anos do governo Lula os recursos destinados ao ensino superior cresceram em mais de 30%" destacou Villaverde, ressaltando que o ensino e a pesquisa desenvolvidos pelas universidades são elementos decisivos para o desenvolvimento de nosso estado e nosso país.

Governo federal cria 10 novas universidades e 42 extensões
Na tarde de hoje (17/01), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe um grupo de reitores e diretores de 55 universidades federais para conversar sobre o projeto de expansão universitária do governo federal. O programa Expandir, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), terá investimentos de R\$ 592 milhões, até 2007, para a criação de dez novas universidades e 42 campi, beneficiando 68 municípios brasileiros, especialmente no interior do país. No encontro, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, e do secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan Filho, serão discutidos também a recomposição dos quadros de professores e servidores técnico-administrativos, o financiamento e a autonomia das universidades. O projeto de expansão do ensino superior público já destinou no ano passado R\$ 192 milhões às instituições federais de ensino superior (Ifes). Esses recursos são utilizados na construção de novos prédios, compra de equipamentos e mobiliário, além de reforma e adequação de campi. Em 2006 e 2007, os investimentos somarão R\$ 400 milhões, sendo R\$ 162

milhões neste ano, e R\$ 238 milhões em 2007. Das dez novas universidades, seis são resultantes da transformação de faculdades existentes. Ao tornar-se universidades, essas instituições ganham maior autonomia didático-científica, financeira e administrativa. Com o programa Expandir, o ensino superior público no Brasil vai ganhar 125 mil novas vagas para alunos num prazo de cinco anos. No ano passado, o MEC também autorizou a contratação de cinco mil vagas para professores, sendo quatro mil para docentes do ensino superior e mil para professores de ensino básico das universidades federais e dos centros federais de educação tecnológica (Cefets). Também autorizou, em 2005, a realização de concurso público destinado à contratação de 2.042 técnicos administrativos para hospitais universitários e 1.600 para as demais unidades das Ifes e Cefets. Para fazer parte do programa Expandir, as universidades federais apresentaram ao MEC seus projetos acadêmicos e de obras, além de planos de trabalho. "O ponto de partida de todo o nosso trabalho na área foi o esforço para implantação de estruturas universitárias permanentes", explica o diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do MEC, Manuel Palácios. Segundo ele, cada campus terá capacidade, em média, para receber entre 80 a 100 professores e de 1.600 a dois mil alunos. Na opinião do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), René Barreira, o programa Expandir está sendo feito "com muita responsabilidade, sustentabilidade e inclusão social, e está democratizando o acesso ao ensino superior". Para o reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, "ampliar a oferta de vagas gratuitas, assegurando um ensino de qualidade, é uma forma de facilitar o acesso à educação para uma parcela da população que, sem este recurso, não teria condições de progredir socialmente".

Obras

Após décadas sem investimentos, o ensino superior vai receber do governo federal as universidades federais do ABC, Pampa, Grande Dourados, Recôncavo Baiano, Triângulo Mineiro, Tecnológica do Paraná, Rural do Semi-Árido, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Alfenas e a de Ciências da Saúde de Porto Alegre, além de campi novos ou consolidados. As obras já estão em andamento, a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), que já iniciou a expansão do campus de Marabá e, nos próximos dias, começa o trabalho nos campi de Castanhal, Bragança e Santarém. Também está em obras a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a dez quilômetros do centro de Dourados (MS), onde existia o campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Já o campus da Universidade Federal do ABC (UFABC), com sede em Santo André (SP), com três centros acadêmicos, começa a ser construído em março próximo.

Mais

Informações

Assessoria de Comunicação Social (61) 2104.8387

Ministério da Educação

Universidades criadas dentro do Programa Expandir

Universidade Federal do ABC (UFABC)

A Universidade Federal do ABC terá sede na cidade de Santo André (SP) e será integrada por três centros acadêmicos: o Centro de Ciências Naturais e Humanas, o Centro de Matemática, Computação e Cognição e o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Quando concluída a sua implantação, em 2010, a UFABC terá 20 mil alunos em cursos de graduação, 2.500 em cursos de mestrado profissionais e mil em cursos de doutorado. Será feita a contratação de 600 docentes e 456 funcionários técnico-administrativos.

Universidade Federal do Pampa (UFP)

A Universidade Federal do Pampa, no Rio Grande do Sul, contará com dez campi, sediados nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguai, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Quando de sua completa implantação, prevista para 2008, serão oferecidos 26 cursos de graduação que atenderão a dez mil alunos. Cada pólo contará, em média, com 40 professores.

A UFP

será caracterizada por uma flexibilidade curricular que permite reduzir a necessidade de grandes deslocamentos para cursar o ensino superior. Com efeito, os estudantes iniciarão seus cursos nas suas cidades de origem e poderão concluí-los em um município vizinho, sem ter que, necessariamente, migrar para o pólo central.

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
A Universidade Federal da Grande Dourados foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A UFGD oferecerá 26 cursos de graduação, um de especialização, três de mestrado e três de doutorado, que atenderão a oito mil alunos. O quadro de pessoal previsto para a universidade, quando de sua completa implantação, compõe-se de 480 docentes, 96 médicos, 281 funcionários administrativos de nível superior, 534 funcionários administrativos de nível médio e 220 funcionários de nível de apoio.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A universidade terá como sede o município de Cruz das Almas e contará com campi nos municípios de Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. A implantação dos campi será efetivada de forma modular, num período de cinco anos. Quando de sua plena implantação, a UFRB oferecerá 30 novos cursos de graduação, que atenderão oito mil alunos por ano. O quadro de pessoal previsto para a universidade compõe-se de 444 docentes, 134 funcionários administrativos de nível superior e 698 técnicos administrativos de nível médio. Novas universidades criadas por transformação

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
A Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, tem origem na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. A nova instituição manterá os cursos de graduação em medicina, enfermagem e biomedicina e implantará os cursos de fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, educação física, nutrição e letras.

Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR)
No Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná são oferecidos, atualmente, cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cerca de 12.500 alunos, 1.300 docentes e 560 funcionários técnico-administrativos estão distribuídos nas unidades localizadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco/Dois Vizinhos e Cornélio Procopio. A criação da UFTPR significará a abertura de novas oportunidades de formação superior para a população da região, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)
A Universidade Federal Rural do Semi-Árido foi criada a partir da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Voltada para a área das ciências agrárias, a Ufersa oferecerá novos cursos de ciências biológicas, engenharia de produção, engenharia de pesca e administração. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM)

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi criada a partir das Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid). Atualmente, a Fafeid possui cerca de 1.700 alunos distribuídos em dois departamentos: o de Ciências Agrárias, que oferece os cursos de agronomia, engenharia florestal e zootecnia; e o de Ciências da Saúde, que oferece os cursos de enfermagem, farmácia bioquímica, fisioterapia, nutrição e odontologia. Com a transformação da instituição em universidade, serão criados novos cursos, resultando em um aumento de 420 vagas anuais. Inicialmente, serão implantados cursos de licenciatura em física, química, ciências biológicas e educação física e de bacharelado em engenharia hídrica, sistemas da informação e turismo.

Universidade Federal de Alfenas (Unifal)
A Universidade Federal de Alfenas foi criada a partir da Escola de Farmácia e

Odontologia de Alfenas. Serão oferecidos os cursos de licenciatura e bacharelado em geografia, licenciaturas em química, matemática e física, biotecnologia, ciências da computação e pedagogia. A criação da Unifal permitirá ampliar e diversificar a oferta de cursos de graduação, contribuindo para a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social da região. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) A Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA) será criada a partir da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA). Atualmente, a FFFCMPA oferece três cursos de graduação (medicina, biomedicina e nutrição) e conta com 583 alunos. Oferece ainda três cursos de mestrado e um de doutorado, além de 15 cursos de especialização e 24 programas de residência médica (com cerca de 200 residentes). Com a transformação da instituição em universidade, serão criados, inicialmente, cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e fonoaudiologia.

Universidade Federal: Marcada Audiência Pública do MEC 14.02.2006
Uma grande notícia para a comunidade regional na luta pela conquista de um núcleo de ensino federal gratuito. Foi marcado para o dia 17 de março de 2006 às 9 horas na cidade de Vacaria, a Audiência Pública do MEC com a comunidade da Região Nordeste do RS, estará presente o Secretário Executivo do MEC Jairo Jorge da Silva, bem como políticos, autoridades e forças vivas da região. Representa um grande avanço para a Região Nordeste na mobilização para que seja contemplada com um Campus de uma Universidade Federal, pois a previsão era que ocorresse no mês de abril, isto prova a organização e o empenho de todos os municípios que compreende desde São José do Ouro até Jaquirana, com a formação do Comitê Regional, de comitês municipais e coleta de assinaturas.

Universidade Federal: Reunião com a AMUNOR 26.02.2006
No dia 22, quarta-feira, o Comitê Regional Movimento Universidade Federal do Norte/RS Pró-Campus Região Nordeste do RS esteve participando da reunião da AMUNOR - Associação dos Municípios da Região Nordeste na cidade de Sananduva, reunião em que foi eleito o novo presidente da AMUNOR senhor Juliano Favretto, Prefeito de Água Santa. Os membros do Comitê solicitaram aos prefeitos o apoio e mobilização em suas cidades na coleta de assinaturas bem como os convidaram para se fazerem presentes juntamente com os titulares das secretarias de educação na reunião do Comitê Regional que se realizará no dia 9 de março às 19 horas no Plenário Nady Maria Castellano da Câmara Municipal de Lagoa Vermelha. Reunião essa preparatória para a grande mobilização através da audiência pública do MEC no dia 17 de março às 9 horas na cidade de Vacaria, quando, a Região Nordeste usando um discurso único solicitará a implantação de um Campus Federal de Ensino Superior na região. O Comitê Regional integrado com os Comitês Municipais estarão efetuando coleta de assinaturas na Romaria de Ibiaçá nos dias 27 e 28 próximos. Fonte: Comitês Regional e Municipal de Lagoa Vermelha Autor: Augustinho Taffarel

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **2:02 PM** **0 comentários**
30 Março 2006

Comitê Pró-Universidade forma coordenação operacional



O Comitê Pró-Universidade Federal da Região Norte do RS decidiu formar uma coordenação operacional de municípios da região Noroeste Colonial, constituída por 13 membros de diferentes setores da sociedade civil que visam a criação de uma instituição de ensino superior pública. A coordenação operacional não

terá poder de decisão ou deliberação, apenas será uma instância representativa, uma vez que, a coordenação geral do movimento é do Comitê Central, com sede em Ijuí e ocorre em assembléia. A primeira tarefa da coordenação será representar o movimento num encontro de todos os comitês organizados da macrorregião Norte, no município de Carazinho, dia 04 de Abril, às 09h, na Câmara de Vereadores.

A reunião realizada nesta quarta-feira, no plenário da Câmara de Vereadores de Ijuí, encaminhou ações que acontecerão no mês de abril. Segundo o coordenador do Comitê, João Pedro Fagundes, entre as próximas ações, existe a possibilidade de organização de uma grande ato público, com concentração de estudantes secundaristas, universitários, sindicatos e cooperativas nos municípios de abrangência do Comitê. "Será um dia de luta e de mobilização. Mais do que nunca temos que mostrar que o movimento está organizado e é permanente", disse João Pedro. A proposta será levada a conhecimento dos outros movimentos na reunião agendada para Carazinho.

Lisandro Lorenzoni

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **7:43 AM** **0 comentários**
29 Março 2006

"A JUVENTUDE QUE NÃO PERDE A ESPERANÇA É SINAL DE MUDANÇA!" (Juliano Fleck)

Olá lutadores e lutadoras!

A nossa organização, nossa luta e o nosso grito por uma Universidade Federal na Região Norte do RS, que iniciou há um ano, através da iniciativa do Ver. João Pedro Fagundes, de Ijuí, continua e vai crescendo cada dia! Nosso grito chegou até os ouvidos do Ministério da Educação através de muitas atividades, muito debate, plenárias de discussão e elaboração de propostas, da comunidade na rua nos Atos Públicos, abaixo-assinados e muita correria para a organização nos mais de 60 municípios em que estivemos para organizar os Comitês Pró-Universidade Federal, que são coordenados pelo Ver. João Pedro Fagundes.

Espalhou-se pela Região Norte o sonho do acesso ao ensino superior, a oportunidade de estar cursando uma universidade pública, gratuita e a cada dia vamos avançando neste nosso sonho, pois os Debates, as organizações de Comitês Municipais e as Audiências Públicas para democratizar ao máximo este debate estão mobilizando muitos municípios e os movimentos e as pastorais sociais são muito importantes para este momento.

Nosso calendário de atividades é o seguinte para os próximos dias:

Audiências Públicas Pró-Universidade Federal na Região Norte do RS com a presença do Secretário Executivo do MEC Jairo Jorge da Silva, bem como políticos, autoridades e forças vivas da região.

Dia 17 – 09:00hs - VACARIA
- 15:00hs – ERECHIM
- 20:00hs – PALMEIRA DAS MISSÕES

Dia 18 – 09:00hs – Três de Maio (Clube Buricá)

Contamos com a participação de tod@s para estes momentos importantes de nossa luta pela UNIVERSIDADE FEDERAL NA REGIÃO NORTE DO RS!

Um abraço fraterno!

Juliano André Romitti Fleck
Articulador Regional do Comitê Pró-Universidade
Federal na Região Norte do RS
(55) 9967-7630
(55) 3331-0114

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **12:55 PM** **0 comentários**
27 Março 2006

Sistematização das propostas para a Universidade

As carências microrregionais e regionais, advindas da falta de investimentos e de políticas públicas voltadas a atender uma demanda de mais de 1,5 milhões de pessoas desassistidas de ensino público superior é o principal argumento para que a macrorregião Norte seja contemplada com a implantação de extensões ou criação de uma universidade pública. Nossa luta por uma instituição pública é histórica. Perpassa há 25 anos, a intenção e a mobilização das comunidades num debate que sempre esbarrou na vontade política e histórica de fazê-lo. As ações ineficazes dos governos anteriores levaram a sociedade a buscar alternativas na criação de instituições de cunho filantrópico, mantenedoras de universidades comunitárias, porém particulares e com altos valores cobrados em suas mensalidades. Se traçarmos uma linha imaginária no centro do Rio Grande do Sul, veremos que as universidades federais se encontram em municípios mais ao Sul e ao Leste do Estado: UFSM (Santa Maria), UFPel (Pelotas), Furg (Rio Grande), UFRGS (Porto Alegre) e agora a Urcamp (Bagé).

Um dos motivos da falta de políticas públicas é o êxodo dos jovens para os grandes centros, afastando-os de suas famílias para se estabelecerem em outras regiões por não terem a oportunidade de emprego ou futuro profissional, quando muito as condições de pagar uma faculdade. Na maioria das vezes, essa "migração forçada" contribui para o esvaziamento populacional das regiões; eleva os custos financeiros das famílias na formação do estudante, contribuindo na formação de novos bolsões de miséria nas cidades pólos da macrorregião Norte. Há, por fim, uma inversão da lógica de universalizar os serviços básicos à população, neste caso, a educação superior.

Outro fator determinante é o empobrecimento da região que já foi celeiro do Estado. Com a crise no setor primário, que tem como base econômica à agricultura familiar, permanece a dicotomia entre o agronegócio e a monocultura, ora da soja ou do trigo. O atraso da industrialização e a mecanização do campo também são fatores de exclusão, visto a elevada migração de pessoas da área rural para a urbana.

Essas conseqüências dos diferentes fatores econômicos, sociológicos e históricos propuseram um novo perfil na formação de profissionais ou daqueles que conseguem a qualificação profissional de nível

superior. Não obstante a carência de vagas em universidades federais e a disputa sistêmica por cursos de maior oferta, a contradição da maneira de como famílias de baixa renda poderão sustentar os estudos dessas pessoas, vão de encontro com o acesso as universidades: o estudante de baixa renda tem uma disputa desleal com os de maior poder aquisitivo, formados em escolas particulares e com recursos para custearem cursinhos pré-vestibulares. Para suprir essas carências de toda ordem, se faz necessário a implantação de uma universidade pública na região Norte.

Em audiências públicas realizadas com as comunidades regionais foram levantadas as seguintes propostas, bem como possíveis cursos superiores.

1) Uma instituição pública que privilegie o ingresso de forma democrática, que elimine gradativamente as diferenças sociais, e centrada no compromisso de atender de maneira multicampi as necessidades microrregionais. As ações delimitadoras da nova instituição de ensino público devem permear cursos com atenção voltada para três áreas: educação, saúde e agricultura;

2) Na educação, conforme pesquisa da Central Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é cada vez maior a redução do número de professores e da procura pela formação continuada, devido a fatores externos, como salário, plano de carreira, carga horária e, obviamente, as condições financeiras para fazer uma especialização – a crise das universidades comunitárias levaram ao fechamento de inúmeros cursos de licenciatura na macrorregião. São cursos prioritários: Matemática, Educação Física, Física, Química, Espanhol, Geografia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História, Letras, Pedagogias (séries iniciais, finais e para complementos de cursos técnicos) e no 3º Fórum Gaúcho da Juventude, realizado em Cruz Alta/RS, no mês de novembro, os jovens participantes dos debates temáticos também alegaram a necessidade de cursos na área da cultura: a música e a dança;

3) A criação de novos cursos para a área da saúde podem suprir as demandas dos hospitais regionais, hoje com dificuldades de encontrar profissionais habilitados, justamente pela busca por outros municípios que oferecem melhores garantias salariais e gratificações. Houve também o fechamento de muitos estabelecimentos de saúde na macrorregião Norte pela falta de profissionais e, principalmente, pela opção de um novo modelo na prestação de serviços, centralizado em hospitais públicos, longe das cidades satélites. Os cursos que se fazem necessários terão que formar profissionais comprometidos com a medicina preventiva, comunitária e alternativa – médicos, enfermeiros, nutricionistas. Precisamos de profissionais com visão humanista e comprometidos com o social;

4) Propõem-se também cursos relacionados à agricultura familiar. Nesta área e suas respectivas subáreas, a universidade pública deve incentivar cursos que aprimorem a produção das pequenas propriedades rurais, relacionando a diversificação de culturas. Não basta formar um agrônomo ou técnico agrícola, se esse não tiver o comprometimento de pensar em alternativas de produção agroecológica, com o manejo auto-sustentável das propriedades. Os profissionais devem ainda trabalhar na lógica da produção limpa, livre dos agrotóxicos e com ênfase na preservação ambiental.

Por último, a universidade pública deve levar em conta, que não é somente a preocupação com a formação nestas diferentes áreas que serão suficientes para eliminar as diferenças e as carências da

macrorregião Norte. Ela também terá que apostar na pesquisa e em cursos de extensão, para tornar um permanente nascedouro de novos profissionais comprometidos com o local e com o microrregional, fomentando o desenvolvimento regional como um todo.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **4:52 PM** **0 comentários**

Proposta do grupo de Educação

COMITÊ PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

1. JUSTIFICATIVA

- A região norte, encontra-se desassistida do ensino público superior, abrigando milhares de jovens a buscar sua formação superior em universidades localizadas na metade sul e na capital do Estado, ou ainda migrando para o oeste de Santa Catarina, ou até mesmo indo para a Argentina.
- A Educação superior na macro região norte tem sido desenvolvida, até hoje, por universidades comunitárias e particulares, que cobram altas mensalidades, o que encarece a formação dos estudantes, onerando pesadamente a renda familiar, gerando a evasão escolar dos setores mais pobres da sociedade.
- Dada a grande importância desta macro região no cenário econômico, social, político e cultural do Rio Grande do Sul, estamos reivindicando a implantação de uma UNIVERSIDADE FEDERAL nesta região, democratizando assim o ensino superior público, á essa parcela da população.
- Precisamos pensar a educação pública como direito de cidadania, por isso a importância da Universalização do ensino superior para que todos/as possam ter acesso a uma educação de qualidade.
- Sabemos das exigências da LDB para os educadores, também pesquisa realizada pela CNTE aponta que a situação tende a piorar no futuro, uma vez que a profissão de professor corre risco de extinção no país. Como praticamente não existem estímulos para procurar essa carreira o cenário pode ficar crítico nos próximos dez anos. Bem como uma das universidades locais – UNIJUI – está fechando (vagas) cursos nesta área.
- Comprovamos os anseios desta região em ter uma UNIVERSIDADE FEDERAL com as assinaturas que recolhemos nos abaixo-assinados da população de mais de 60 municípios, que aguarda deferimento positivo com grandes expectativas e mobilizados.

2. OBJETIVOS

- Proporcionar formação superior pública na área da educação para famílias menos favorecidas;
- Pensar a educação como direito / cidadania;
- Oferecer possibilidade de acesso à formação a nível de especialização para professores já habilitados, buscando atender as atuais necessidades da Educação/Ensino (Educação Emocional, Especial e Inteligências Múltiplas)

3. CURSOS

· Na área da educação: cursos das áreas de – Matemática, Educação Física, Física, Química, Biologia, Espanhol, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogias (séries iniciais, finais, Educação de Jovens e Adultos – EJA - e específica aos educadores dos cursos técnicos), Pedagogias (Educação Emocional, Especial e Inteligências Múltiplas), Dança, Música, Artes, Letras e História.

4. O PÚBLICO ALVO QUE QUEREMOS ABRANGER

· Aqueles que gostam da educação como profissão, profissionais que já atuam e precisam se adaptar a LDB, alunos mais carentes que hoje não estão nos bancos universitários por falta de oportunidade econômica.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **4:52 PM** **0 comentários**

A importância e a necessidade do ensino superior na região Norte

Para contextualizar com os dados sócio-econômicos dispostos neste relatório, que dão um demonstrativo do quanto se faz necessária e urgente a criação de uma universidade pública na região Norte do Rio Grande do Sul, é preciso lembrar das carências microrregionais e regionais, advindas da falta de investimentos e de políticas públicas voltadas a atender uma demanda de mais de 1,5 milhões de pessoas desassistidas de ensino superior gratuito. A luta da região pela implantação de uma instituição pública é histórica. Perpassa há 25 anos, a intenção e a mobilização das comunidades num debate que sempre esbarrou na vontade política e histórica de fazê-lo. As ações ineficazes dos governos anteriores levaram a sociedade a buscar alternativas na criação de instituições de cunho filantrópico, mantenedoras de universidades comunitárias, porém particulares e com altos valores cobrados em suas mensalidades. Hoje, pesa o fato das instituições particulares se encontrarem em situação financeira precária.

Assim, temos um esboço da localização das instituições de ensino superior pública no Estado. Se traçarmos uma linha imaginária no centro do Rio Grande do Sul, veremos que as universidades federais se encontram em municípios mais ao Sul e ao Leste do Estado: UFSM (Santa Maria), UFPel (Pelotas), Furg (Rio Grande), UFRGS (Porto Alegre) e a aparentemente pública Urcamp (Bagé).

Os jovens são atraídos para os grandes centros, abandonam suas famílias e se estabelecem em outras regiões por não terem a oportunidade de emprego garantido ou futuro profissional. Na maioria das vezes, essa "migração forçada" contribui para o esvaziamento populacional das regiões, eleva os custos financeiros das famílias na formação do estudante, ajuda à formação de novos bolsões de miséria nas cidades pólos da macrorregião Norte, desemprego, e por fim, inversão da lógica de universalizar os serviços básicos à população, neste caso, a educação superior. Outro fator determinante é o empobrecimento da região que já foi celeiro do Estado no setor primário, sobretudo na agricultura familiar – a dicotomia entre a agricultura familiar e o agronegócio, a monocultura da soja e do trigo –, as bases da economia macrorregional. O atraso da industrialização e a mecanização do campo também são fatores de exclusão, visto a elevada migração de pessoas da área rural para a urbana.

As conseqüências dos diferentes sintomas sociológicos e históricos propuseram um novo perfil na formação de profissionais ou daqueles que conseguem a qualificação profissional de nível superior. Não obstante a carência de vagas em universidades federais e a disputa sistêmica por cursos de maior oferta, a contradição da maneira de como famílias de baixa renda poderão sustentar os estudos dessas pessoas, vão de encontro com o acesso as universidades: o

estudante de baixa renda tem uma disputa desleal com os de maior poder aquisitivo, formados em escolas particulares e com recursos para custearem os ditos cursinhos pré-vestibulares.

Para suprir tais carências de toda ordem, se faz necessário a implantação de uma universidade pública na região Norte. Em audiências públicas realizadas com as comunidades regionais foram levantadas as seguintes propostas, bem como possíveis cursos superiores. Uma instituição pública que privilegie o ingresso de forma democrática, que elimine gradativamente as diferenças sociais, e centrada no compromisso de atender de maneira multicampi as necessidades microrregionais. As ações delimitadoras da nova instituição de ensino público devem permear cursos com atenção voltada para três áreas: educação, saúde e agricultura.

Na educação, conforme a LDB, é cada vez maior a redução do número de professores e da procura pela formação continuada, devido a fatores externos, como o salário, plano de carreira, carga horária e, obviamente, as condições financeiras para fazer uma especialização – a crise das universidades comunitárias levaram ao fechamento de inúmeros cursos de licenciatura na macrorregião. Recentemente, durante o 3º Fórum Gaúcho da Juventude, realizado em Cruz Alta/RS no mês de novembro, os jovens participantes dos debates temáticos também alegaram a necessidade de cursos na área da cultura: a música e a dança.

A criação de novos cursos no setor da saúde podem suprir as demandas dos hospitais regionais, hoje com dificuldades de encontrar profissionais habilitados, justamente pela busca por outros municípios que oferecem melhores garantias salariais e gratificações. Houve também o fechamento de muitos estabelecimentos de saúde na macrorregião Norte pela falta de profissionais e, principalmente, pela opção de um novo modelo na prestação de serviço centralizado em hospitais públicos, longe das cidades satélites. Os cursos que se fazem necessários terão que formar profissionais comprometidos com a medicina preventiva e alternativa – médicos, enfermeiros, nutricionistas, voltadas para uma atuação comunitária.

Propõem-se também garantir cursos relacionados à agricultura familiar. Nesta área e suas respectivas subáreas, a universidade pública deve incentivar cursos que aprimorem a produção das pequenas propriedades rurais, relacionando a diversificação de culturas. Não basta formar um agrônomo ou técnico agrícola, se esse não tiver o comprometimento de pensar o agroecológico e o manejo auto-sustentável das propriedades. Os profissionais devem ainda trabalhar na lógica da produção limpa, livre dos agrotóxicos e com ênfase na preservação ambiental.

A universidade pública deve levar em conta, que não é somente a preocupação com a formação nestas diferentes áreas que serão suficientes para eliminar as diferenças e as carências da macrorregião. Ela também terá que apostar na pesquisa e em cursos de extensão, para tornar um permanente nascedouro de novos profissionais comprometidos com o local e com o microrregional.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **4:52 PM** **0 comentários**

NÚCLEO DE JUVENTUDE PARTICIPOU DE ENCONTRO REGIONAL SOBRE UNIVERSIDADE FEDERAL NA REGIÃO NORTE DO ESTADO.

Integrando a luta pela Universidade Federal da Região Norte do Estado o Núcleo de Juventude da Prefeitura de Cruz Alta participou na tarde de ontem (dia 24 – quinta-feira) de reunião na cidade de Carazinho, onde se encontravam COREDES, prefeitos, vereadores, e lideranças engajadas na luta pela Universidade da Metade Norte do Estado. A luta se somam agora 8 COREDES da grande metade norte do estado, a unificação das várias regiões em um grande Comitê Macro Regional foi aprovada, e no próximo encontro será apresentado

este Comitê com os representantes de cada região, e será construído o calendário unificado de luta e mobilização pelo ensino superior em nossa região. Encontro acontecerá em Carazinho no dia 04/04 e Cruz Alta e Ijuí estão se articulando para participar, para isso vai acontecer duas reuniões ampliadas dos Comitês de Cruz Alta e Ijuí, na próxima terça-feira dia 28/03 no Sindicato dos Bancários às 17 horas – Cruz Alta, e no dia 29/03 em Ijuí o encontro da Micro - Regional que Cruz Alta integra composta pelos COREDES Noroeste Colonial e Alto Jacuí. Para o Coordenador de Juventude, Everlei Martins, que acompanhou o encontro junto como Coordenador de Relações Comunitárias da Prefeitura Celso Ciotti e do vereador João Pedro Fagundes de Ijuí, "é preciso ampliar esta luta, esta na hora dos estudantes, das lideranças cruz-altenses se somarem, ao exemplo de outras regiões, por isso a importante participação no dia 28 no sindicato dos bancários às 17 horas – Cruz Alta e na reunião da Micro-regional dia 29/03, às 14h, na Câmara de Vereadores em Ijuí". Juliano André Romitti Fleck Articulador Regional do Comitê Pró-Universidade Federal na Região Norte do RS

ORKUT: Quero Universidade Federal / Quero Universidade do Mercosul

E-mail: comitefederal@yahoo.com.br / universidadedomercosul@yahoo.com.br

Fone: 55 3331-0114 / 9967-7630

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **9:08 AM 0 comentários**
26 Março 2006

SEMINÁRIO ESTADUAL PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL

Dia 26 de agosto de 2005

Local: AFUMUSA – Santo Augusto - RS

Horário: 13:30 hs

OBJETIVO:

O objetivo do presente Seminário é de democratizar o debate sobre a vontade política de implantação de uma nova estrutura de ensino superior federal no RS, através do debate com os diferentes setores e lideranças desta grande região, bem como, iniciar o debate acerca das características da insituição a ser defendida perante o MEC.

Walter Frantz

A questão orientadora do debate: Universidade Federal na região norte?

- 1.1. O que é uma universidade? O que está-se querendo conquistar?
- 1.2. Vou começar minha participação por externar o meu conceito filosófico e político de universidade:
- 1.3. O projeto de uma universidade não deve ser um lugar de sentido ex-ante, mas a possibilidade de uma criação: não deve ser o recorte dos interesses de grupos. A universidade precisa abrir-se a todos os sentidos da vida. A universidade deve ser um espaço público para a argumentação, cujo sentido não deve ser a vitória sobre o outro com quem se argumenta, mas a construção de novos conhecimentos, a partir das divergências dos diferentes olhares.
- 1.4. A influência da universidade no processo de desenvolvimento se dá pela sua presença ativa e crítica, pela sua interferência nos espaços da cultura, da política, da economia, da tecnologia. A partir da produção do saber, cumpre ela seu papel; nascem suas funções. Não é uma inserção desvinculada de um projeto de sociedade, uma presença neutra. Pode e deve a universidade ajudar a construir as condições do desenvolvimento da região na qual está localizada.

Deve contribuir para a identificação e a integração de todos os agentes do processo. Ela não pode fugir de sua inserção no processo, do cumprimento de seu papel ou funções. Sob esse aspecto, torna-se, também, uma estrutura de poder, no espaço local, exercido, predominantemente, a partir da produção de conhecimento, no processo das ações concretas de desenvolvimento e que lhe confere uma importância e um papel com função social.

1.5. O espaço da universidade é um espaço real, abrigado em mentes, em políticas e trabalho, em prédios e laboratórios. É um espaço por onde a sociedade constrói e reconstrói os sentidos de sua vida.

Os argumentos em favor do movimento por uma universidade federal

2.1. Uma universidade federal, na região norte, pode oferecer uma possibilidade de construção de uma inteligência coletiva a serviço do desenvolvimento regional.

2.2. Não considero que se deva ser favor ou contra a presença de uma universidade federal na região, exclusivamente, a partir de números, de estatística: como habitantes, número de universidades no estado ou país etc.

2.3. Penso que a região não pode renunciar à construção de seus espaços de reflexão crítica, de produção de conhecimento, de desenvolvimento cultural e científico, pois, segundo declarações da UNESCO "sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formam a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno, genuíno e sustentado e nem, particularmente os países pobres e em desenvolvimento, reduzir a disparidade que os separa dos países desenvolvidos (...) a educação superior e a pesquisa atuam agora (na sociedade do conhecimento) como componentes essenciais do desenvolvimento cultural e sócio-econômico de indivíduos, comunidade e nação".

2.4. Penso que se deva argumentar a favor de uma universidade federal, na região, a partir do princípio de que cabe ao Estado dar atenção à educação.

2.5. Historicamente, a parte norte do RS sempre esteve à margem dessa atenção, por parte do Estado.

2.6. Em função da política existente, até aqui, por um lado, a instalação de universidades federais, no RS, muitas vezes, exerceu a função de uma espécie de "bomba de sucção" dos melhores alunos, levando-os para fora da região. Produziu-se um êxodo de cérebros.

2.7. Por outro lado, também como consequência dessa distância das políticas públicas em favor da educação superior, na região, tivemos um "processo seletivo negativo" que impediu que muitos jovens, mesmo bem qualificados em seus estudos pré-universitários, pudessem seguir seus estudos, pois o custo do deslocamento da região para outros centros não lhes era possível pagar.

2.8. A gratuidade do ensino, em outros centros, ainda não é garantia de acesso para muitos jovens de famílias com pequenas ou poucas rendas.

2.9. Assim, somando-se esse fato ao anterior, temos um prejuízo histórico para o desenvolvimento da região: perdemos jovens, pois muitos não retornam e deixamos de formar muitos jovens que permanecem, na região, pelas dificuldades de acesso.

2.10. Porém, a favor de uma universidade federal, na região, ainda pode-se considerar outros efeitos positivos que a presença maior do Estado, através de uma universidade, na região, pode trazer ou estimular: a vinda de investimentos públicos e o consequente estímulo local a investimentos privados.

2.11. Não se pode desconhecer que as regiões mais desenvolvidas tiveram, historicamente, investimentos públicos, em nosso país. A

economia brasileira é o resultado da soma de muito trabalho das camadas populares com grandes investimentos públicos e investimentos privados.

2.12. Não se pode desconhecer que esse é o tripé histórico do desenvolvimento brasileiro: trabalho das camadas populares mais investimentos públicos e investimentos privados.

2.13. Quando esse desenvolvimento apresenta problemas, pode-se trabalhar com a hipótese de que os problemas são o reflexo de um desequilíbrio das relações de poder desse tripé. Em algumas circunstâncias a situação parece ser tal que apenas houve uma apropriação de recursos públicos por grupos e, em conseqüência, nada ou pouco transformou-se em desenvolvimento.

2.14. Em muitas regiões, como a do norte do RS, os investimentos públicos, especialmente, em educação superior, foram mínimos, até hoje. O Estado não criou estruturas de atração ou de fixação, especialmente, de recursos humanos mais qualificados, nessa região.

2.15. Portanto, o investimento em ensino superior, de parte do governo federal, poderia ser uma grande oportunidade para corrigir a exclusão da população da região das políticas públicas em favor do desenvolvimento da região. A região apenas luta por aquilo que outros já obtiveram.

2.16. Em meio aos debates atuais sobre a reforma do ensino superior, renascem também discussões, argumentações e projetos a favor da criação de universidades públicas-estatais federais ou da federalização de instituições já existentes. Na verdade, o assunto não é novo. Em diferentes governos, foram criadas instituições universitárias federais.

2.17. No Rio Grande do Sul, retoma-se a mobilização pela criação de universidade federal. O debate sobre o assunto, no entanto, não é totalmente novo. Há poucos anos, tivemos o debate sobre a criação de uma universidade pública estadual. Ao final do processo de discussão, foi criada a UERGS. Apesar da nova universidade, permaneceu aberta a velha questão: o acesso ao ensino superior. Ao que indicam os fatos, o problema do acesso ao ensino superior continua. A dificuldade de acesso ao ensino superior continua sendo o dilema de milhões de jovens brasileiros. Sem desatar esse nó histórico, a sociedade brasileira ficará acorrentada ao atraso e à injustiça social.

2.18. A sociedade brasileira vive o dilema da contradição de querer resolver os seus velhos e graves problemas sociais, sem mexer na estrutura de renda, isto é, nos canais concretos de ascensão social. O País continua com um dos mais altos índices de concentração de renda, ao lado de outros indicadores preocupantes. As questões sociais continuam acorrentadas pelas seculares estruturas de concentração de oportunidades. Em algumas regiões, especialmente, as velhas estruturas ainda funcionam e se mobilizam como um freio social. Vive-se a situação do movimento das águas de uma lagoa: mexem-se as águas, mas não saem do lugar. Com isso, conquistas importantes acabam em privilégios. Entre esses está o acesso ao ensino superior.

2.19. O retorno ao debate atual sobre federalização parece ser revelador de uma deficiente política de acesso ao ensino superior para uma grande parte da população. Na verdade, o problema está diretamente relacionado com o nível de renda dos estudantes. A maioria tem enormes dificuldades ou não tem condições financeiras adequadas para custear os seus estudos. O sistema de bolsas ou de financiamento continua problemático. Uma universidade gratuita continua sendo o grande sonho da maioria, diante da carência financeira.

2.20. Em âmbito nacional, historicamente, seguindo política pública de planejamento, certamente, também condicionada pelo poder político das regiões, ou seguindo uma lógica de mercado ou ainda

uma estratégia de ocupação dos espaços políticos, a organização das universidades brasileiras ocorreu nas capitais ou em regiões, eleitoralmente mais atraentes. Como decorrência disso, ocorreu uma concentração de universidades em determinados Estados ou regiões. Desse modo, o mapa geográfico do ensino superior também reproduz as velhas estruturas de poder e de distribuição de oportunidades sociais.

2.21. No caso do Rio Grande do Sul, na parte norte do Estado, não existem universidades federais. Nessa região, predominam as iniciativas da sociedade civil que organizou universidades comunitárias regionais. Essas representam um esforço das comunidades por construir os seus espaços de educação, uma vez que o Estado não ofereceu, até o momento, independentemente das razões, ensino público-estatal federal, nessa região. Trata-se de uma região sem investimentos em instituições federais de ensino superior.

2.22. Tendo por base a concepção filosófica e política de universidade, aqui apresentada, considerando o seu potencial papel no desenvolvimento regional e a ausência histórica de políticas públicas mais conseqüentes em favor do ensino superior na região, torna-se justa e necessária a reivindicação da sociedade regional por uma universidade federal.

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **9:35 AM** **0 comentários**
25 Março 2006

Comitê Pró-Universidade Federal da Região Norte do Estado



O que é o Comitê

O movimento denominado Comitê Pró-Universidade Federal da Região Norte do Rio Grande do Sul teve início a partir de uma intervenção do vereador João Pedro Fagundes (PT/Ijuí/RS), em uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores no mês de maio de 2005, diante da intenção do

governo federal de criar uma nova universidade pública no Estado. O movimento tem caráter coletivo e é sustentado em sua base por ações populares e pluripartidárias.

Na mesma semana, membros do gabinete do vereador, percebendo a necessidade de começar a luta pela criação de uma universidade pública na Macrorregião Norte, decidiram convocar estudantes de Ensino Médio e universitários, professores, escolas estaduais, sindicatos, autoridades políticas e movimentos sociais, para uma audiência pública, visando a formação de um grupo que pensasse de que maneira se poderia iniciar o processo de construção que atingisse esta finalidade. Nascia assim o Comitê Central, com sede em Ijuí e, sob coordenação-geral do vereador João Pedro Fagundes, escolhido como liderança do movimento na primeira reunião do Comitê Central.

O movimento decidiu, por fim, que outras audiências públicas teriam que ser realizadas para organizar comitês municipais e articular a comunidade regional em prol da defesa do ensino público superior. Decidiu-se pela estruturação do Comitê Central – núcleo de convergência dos debates e das ações a serem desencadeadas - com representantes dos comitês municipais. Atualmente, o movimento está constituído e representado em 60 municípios das regiões Noroeste Colonial, Fronteira-Noroeste, Missões, Alto Jacuí, Celeiro, Planalto Médio e propriamente Norte do Estado. Conta ainda com o apoio de cerca de 100 municípios, onde se engaja prefeitos, Câmara de Vereadores e entidades representativas como a Amuceleiro e

Amuplan.

Ações Propositivas

Em menos de dois meses de atuação, o Comitê Pró-Universidade Federal da Região Norte do Estado delineou como pontos primordiais para reivindicar ao governo federal e a seu órgão executor, Ministério da Educação (MEC), a definição da Macrorregião Norte como local para sediar a instituição pública superior. Uma das ações foi à distribuição de listas de abaixo-assinados, que continuam circulando nos municípios. O objetivo é colher 1 (um) milhão de assinaturas que serão entregues ao MEC.

O movimento organizou também um Ato Público no dia 14 de julho, na Praça da República, em Ijuí, com a participação de 5 (cinco) mil pessoas. Uma semana antes, o coordenador-geral do movimento, protocolou em Brasília, um manifesto assinado pelo Comitê e entregue ao MEC e no gabinete do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. No dia 28 de julho, em Palmeira das Missões, durante o anúncio de cursos de extensão da UFSM naquele município, o Comitê Central organizou uma caravana com representantes dos comitês municipais, onde foi entregue em audiência com o então ministro da Educação Tarso Genro, o manifesto pró-universidade federal. Genro sinalizou positivamente e disse que a partir de agora o diálogo entre o MEC e o Comitê está aberto, privilegiando o debate democrático com a população regional. O conteúdo do documento entregue a Tarso Genro reafirma a necessidade da região ser contemplada com uma universidade federal, tendo em vista diversos fatores expostos no tópico abaixo, mas sobretudo, pela inexistência de ensino público superior para mais de 4 (quatro) milhões de habitantes na Macrorregião Norte. A realização de Atos Públicos Municipais a partir do dia 11 de agosto (Dia do Estudante) até o dia 26 de agosto serão as próximas ações do movimento. Neste dia 26, o Comitê estará realizando em Santo Augusto, o Seminário Estadual Pró-Universidade Federal da Região Norte, onde será discutido que tipo de universidade a região quer, cursos e inserção regional da instituição, lembrando que, a democratização do debate é uma das premissas essenciais do movimento.

“Universidade Federal do Mercosul”

O sonho da criação de uma instituição de ensino superior na região Norte contrasta com o nome pelo qual foi batizado, inicialmente, a “Universidade Federal do Mercosul”. Para além da definição da cidade ou cidades que venham a compor os campi da universidade, o movimento pretende, de início, que a discussão quanto sua localização seja relegada há um segundo plano. Para nós, o mais importante é a região ser contemplada com ensino superior público, com contratação de professores e de funcionários em novas estruturas.

Esta universidade deve atender aos interesses da Macrorregião Norte e primar pelo desenvolvimento das microrregiões. Preencher de maneira qualitativa e quantitativa o vasto leque, candente, que obriga milhares de jovens a migrarem para grandes centros em busca da tão sonhada formação profissional. Estes jovens vão engrossar as fileiras dos excluídos, muitas vezes, os bolsões de miséria das cidades metropolitanas da capital gaúcha, Porto Alegre e, até mesmo, em países vizinhos. Abandonados a própria sorte, a distância sobrepõe de tal maneira o encarecimento no que tange a renda familiar.

A pujância da grande maioria dos pequenos municípios desta região remete ao passado saudosista. No presente, o que se vê, é a pior crise econômica dos últimos tempos, parcela de culpa atribuída à falta de políticas públicas do governo do Estado. Para tanto, o Comitê

acredita que a revitalização dos setores, basicamente o primário, somente será possível com investimentos que passam por elementos fomentadores de uma nova ordem, centrada numa instituição de ensino público, que produza o conhecimento, a extensão e a pesquisa através de cursos voltados para esta realidade e, que atenda a diversidade econômica, política, social e cultural.

A Macrorregião Norte tem cidades-pólos de importância irremediável no contexto das microrregionais: Ijuí – educação, saúde e cooperativismo; Santo Ângelo e São Miguel – turismo; Panambi e Horizontina – terceiro pólo metal-mecânico e máquinas agrícolas; Santa Rosa – produção de alimentos; Cruz Alta e São Borja – agropastoril; Três Passos – têxtil; entre outros.

O “Caso Urcamp” e as extensões

Se traçarmos uma linha horizontal no mapa do Rio Grande do Sul, passando por Santa Maria, constata-se a existência de quatro universidades públicas na região Sul – Santa Maria (UFSM), Pelotas (UFPEL), Rio Grande (FURG) e Porto Alegre (UFRGS). Por consequência, sabedores de informação privilegiada, aliada há interesses de um grupo de políticos que visam à manutenção de seus currais eleitorais, o processo de federalização da Universidade da Região da Campanha (Urcamp), com sede em Bagé e campi em quatro cidades da fronteira-oeste, beneficiaram há uma parcela ínfima da população gaúcha, já atendida, como se vê, por ensino público superior.

Lá, na Urcamp, o governo federal instituiu um consórcio que culminou com a criação da Universidade Federal do Pampa (UFP), anunciada no último dia 27 de julho, pelo então ministro Tarso Genro. Serão 13 (treze) cursos de extensão sob gerência da UFSM e UFPEL. A estrutura permanece em nome da universidade particular, assim como o corpo docente e funcionários, num gradativo processo de transição complexo que pode ou não dar origem há uma nova universidade em 2008. O que muda é a abertura de vagas a serem custeadas pelo governo federal. O Ministério da Educação também criou extensões de cursos da UFSM em Palmeira das Missões (três cursos) e Frederico Wesphalen (três cursos).

A Urcamp atravessa uma grave crise financeira e, pelo visto, a vontade política por ora incandescente tinha em mente passar ao governo todo o espólio, incluindo as dívidas da instituição. A população regional, segundo informações, foi cooptada pelo mesmo grupo de políticos que articulou tal movimento, organizado, vejamos bem, em apenas 26 municípios – por aí se mede o grau de disparidade com relação ao movimento pró-universidade federal da região Norte (100 municípios organizados das mais de 200 cidades da Macrorregião Norte) -, em detrimento da região Sul, onde predomina grande extensão territorial e latifundiária.

Lisandro Lorenzoni é jornalista, membro do Comitê Central Pró-Universidade Federal da Região Norte do RS.

Entre em contato com o Comitê: 55 3331-0114 / 9967-7630

E-mail: comitefederal@yahoo.com.br / universidadedomercosul@yahoo.com.br

ORKUT: [Quero Universidade Federal](#) / [Quero Universidade do Mercosul](#)

Postado por **Grupo Alma Gaúcha** às **11:19 PM 0 comentários**

Postagens mais recentes

Início

Assinar: **Postagens (Atom)**

